

DESIGUALDADE, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO BRASILEIRO

Autora: Julia Silveira Martins – Bolsista PIBIC CNPq – Ciências Econômicas – UFRGS

Orientador: Ivan Salomão - UFRGS

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão explora os conceitos de pobreza e desigualdade, relacionando tal temática à realidade brasileira. Pretende, ainda, analisar as políticas públicas recentes de combate à desigualdade de renda no Brasil.

METODOLOGIA

O trabalho possui viés exploratório e de caráter qualitativo. Baseada em referências bibliográficas e dados relevantes ao tema do estudo, a primeira parte da pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica acerca do conceito de desigualdade; a segunda traz uma análise da evolução recente da distribuição de renda no mundo; e a terceira parte, por fim, apresenta considerações sobre o estado atual da desigualdade no Brasil, resgatando os elementos centrais do debate concernente às políticas tributária e de distribuição de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATKINSON, A. B. Inequality: what can be done? Working paper 2. International Inequalities Institute, London School of Economics. November 2015. CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção. Universidade Federal de Minas Gerais, 2005. CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; DALTON, Hugh. The measurement of inequalities of incomes. The economic journal, Vol. 30, No. 119. Sep. 1920. Blackwell Publishing for the Royal Economic Society. GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE, FGV, 2002. IPEA, 2017. KLIKSBURG, Bernardo; SEN, Amartya. As pessoas em primeiro lugar: A ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo. Companhia das letras. 2010. NIÑO-ZARAZUÁ, Miguel; ROOP, Laurence; TARP, Finn. Global Inequality: relatively lower, absolutely higher. The Review of Income and Wealth, 2016. OXFAM. Uma economia para os 99%. Documento Informativo, Oxfam, 2017. OCDE, 2017. PIKETTY, Thomas. A economia da desigualdade. Rio de Janeiro. Intrínseca. 2015. SALVADOR, Evilásio. Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária com base nos declarantes do imposto de renda no Brasil 2007-2013. INESC, Brasília, 2016. SANT'ANA, André Albuquerque; AMBROZIO, Antônio Marcos Hoelz; MEIRELLES, Beatriz Barbosa. Redistribuição de renda e a recuperação do mercado de trabalho brasileiro. BNDES. Setembro de 2010. SEN, Amartya. Desigualdade reexaminada. Editora Record. Rio de Janeiro, 2008.

DISCUSSÃO E RESULTADOS PARCIAIS

Com base em uma análise das propostas de diferentes autores acerca dos conceitos de pobreza e desigualdade, e, considerando-se as pesquisas mais recentes na área, assume-se que a pobreza pode ser vista como uma privação de capacidades individuais (SEN, 2008). Sendo tais capacidades definidas como um conjunto de funcionamentos que cada pessoa pode - e tem motivos para querer - realizar, esse conceito traz uma perspectiva ampla para o estudo da pobreza e da desigualdade, ultrapassando as abordagens de rendimentos e de utilidade individual. Considerando esse aspecto multidimensional da pobreza e assumindo a desigualdade como a pobreza relativa entre os indivíduos, nota-se que essa última se manifesta de formas diversas além da simples desigualdade de renda, podendo ser ainda mais profunda do que se pensa.

Ainda que os níveis de desigualdade - especialmente nos países desenvolvidos - tenham sido significativamente reduzidos durante o século XX (PIKETTY, 2015), a OCDE (2017) aponta que, desde a década de 1980, o coeficiente de Gini tem indicado um aumento da desigualdade de renda entre os indivíduos. Segundo a OXFAM (2017), o aumento das disparidades salariais, a expansão da riqueza dos super-ricos, a degradação dos recursos ambientais e a redução da incidência de tributação sobre os mais ricos foram alguns dos fatores que mais influenciaram esse movimento.

O Brasil, por outro lado, observou uma redução expressiva do seu coeficiente de Gini nas últimas duas décadas (IPEA, 2017), o que trouxe perspectivas animadoras para o desenvolvimento econômico e social do país. Contudo, o nível de desigualdade brasileiro ainda é um dos maiores do mundo (OCDE, 2017). Tal evidência, associada tanto ao esgotamento das políticas que permitiram essa queda de desigualdade, quanto à instabilidade política e econômica atual, são fatores que comprometem a continuidade da redução da desigualdade. Além disso, estimativas da distribuição de renda publicadas recentemente, que levam em conta os dados da Receita Federal, indicam uma possível subestimação do nível de desigualdade identificado pelas pesquisas anteriores. Salvador (2017), ao analisar o sistema tributário brasileiro, afirma que esse é ainda excessivamente regressivo, o que abre espaço para o questionamento acerca da necessidade de adoção de mudanças estruturais como forma de reverter o quadro de desigualdade no país.